REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

CONFORMISMO SILENCIOSO: UM CONCEITO SOBRE O ESVAZIAMENTO DA POLÍTICA

SILENT CONFORMISM: A CONCEPT ON THE EMPTYING OF POLITICS

CONFORMISMO SILENCIOSO: UN CONCEPTO SOBRE EL VACÍO DE LA POLÍTICA

Ademar Monteiro[1]

e686706
https://doi.org/10.47820/recima21.v6i8.6706

PUBLICADO: 8/2025

RESUMO

Este artigo propõe e desenvolve o conceito de conformismo silencioso, entendido como uma forma contemporânea de retração subjetiva e coletiva diante da esfera pública. Trata-se de um fenômeno caracterizado por um desengajamento político que não se expressa como adesão explícita ao *status quo*, mas como passividade normalizada que esvazia a liberdade enquanto ação. A formulação do conceito resulta de uma articulação crítica das contribuições de Hannah Arendt, Herbert Marcuse, Adorno, Horkheimer, Zygmunt Bauman e Antonio Gramsci, cujas análises são reinterpretadas para explicar fenômenos atuais de desmobilização política. O estudo adota metodologia qualitativa e bibliográfica, analisando como o conformismo silencioso emerge da combinação entre o colapso da esfera pública, a absorção da crítica pelo sistema, a pedagogia do consenso e a liquefação dos vínculos sociais. Diferencia-se de conceitos como apatia, alienação ou despolitização, pois descreve um estado em que existe consciência crítica parcial, mas a ação é substituída pela adaptação silenciosa. O artigo também identifica manifestações desse fenômeno em diferentes esferas: nas redes sociais, onde o engajamento se limita a performances simbólicas; no ambiente de trabalho, com a aceitação de normas injustas em troca de estabilidade; na educação, pela reprodução acrítica de conteúdos; e no espaço urbano, pela naturalização da violência e da exclusão. Ao propor essa categoria teórica original, busca-se oferecer uma ferramenta analítica capaz de diagnosticar mecanismos que desencorajam o agir, abrindo caminho para pesquisas futuras e práticas que reativem o sentido político da ação coletiva.

PALAVRAS-CHAVE: Conformismo. Ação política. Esfera pública.

ABSTRACT

This article proposes and develops the concept of silent conformity, understood as a contemporary form of subjective and collective withdrawal from the public sphere. It is a phenomenon characterized by political disengagement that does not manifest as explicit adherence to the status quo, but as normalized passivity that empties freedom as action. The formulation of the concept results from a critical articulation of the contributions of Hannah Arendt, Herbert Marcuse, Adorno, Horkheimer, Zygmunt Bauman, and Antonio Gramsci, whose analyses are reinterpreted to explain current phenomena of political demobilization. The study adopts a qualitative and bibliographical methodology, analyzing how silent conformity emerges from the combination of the collapse of the public sphere, the absorption of criticism by the system, the pedagogy of consensus, and the liquefaction of social bonds. It differs from concepts such as apathy, alienation, or depoliticization, as it describes a state in which there is partial critical awareness, but action is replaced by silent adaptation. The article also identifies manifestations of this phenomenon in different spheres: on social media, where engagement is limited to symbolic performances; in the workplace, with the acceptance of unfair norms in exchange for stability; in education, through the uncritical reproduction of content; and in urban spaces, through the naturalization of violence and exclusion. By proposing this original theoretical category, the article seeks to provide an analytical tool

[1] Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

capable of diagnosing mechanisms that discourage action, paving the way for future research and practices that reactivate the political meaning of collective action.

KEYWORDS: *Conformism. Political action. Public sphere.*

RESUMEN
Este artículo propone y desarrolla el concepto de conformismo silencioso, entendido como una forma contemporánea de retraimiento subjetivo y colectivo frente a la esfera pública. Se trata de un fenómeno caracterizado por un desenganche político que no se manifiesta como adhesión explícita al statu quo, sino como una pasividad normalizada que vacía la libertad como acción. La formulación del concepto resulta de una articulación crítica de las contribuciones de Hannah Arendt, Herbert Marcuse, Adorno, Horkheimer, Zygmunt Bauman y Antonio Gramsci, cuyos análisis son reinterpretados para explicar fenómenos actuales de desmovilización política. El estudio adopta una metodología cualitativa y bibliográfica, analizando cómo el conformismo silencioso surge de la combinación entre el colapso de la esfera pública, la absorción de la crítica por el sistema, la pedagogía del consenso y la licuefacción de los vínculos sociales. Se diferencia de conceptos como apatía, alienación o despolitización, pues describe un estado en el que existe conciencia crítica parcial, pero la acción es reemplazada por una adaptación silenciosa. El artículo también identifica manifestaciones de este fenómeno en diferentes esferas: en las redes sociales, donde el compromiso se limita a actuaciones simbólicas; en el entorno laboral, con la aceptación de normas injustas a cambio de estabilidad; en la educación, mediante la reproducción acrítica de contenidos; y en el espacio urbano, a través de la naturalización de la violência y la exclusión. Al proponer esta categoría teórica original, se busca ofrecer una herramienta analítica capaz de diagnosticar mecanismos que desalientan la acción, abriendo camino a futuras investigaciones y prácticas que reactiven el sentido político de la acción colectiva.

PALABRAS CLAVE*: Conformismo. Acción política. Esfera pública.*

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada por crises políticas, profundas desigualdades sociais e uma crescente perda de engajamento político por parte dos indivíduos. A formulação do conceito aqui proposto não decorre de mera percepção individual, mas resulta de uma síntese das análises de Arendt, Marcuse, Adorno, Horkheimer, Bauman e Gramsci, cujas contribuições são reinterpretadas para explicar o fenômeno atual. Mesmo diante de injustiças evidentes, observa-se uma retração generalizada da ação coletiva, como se a sociedade houvesse desaprendido a agir politicamente.

A justificativa para este estudo reside na necessidade de compreender os mecanismos sociais, culturais e institucionais que desencorajam o agir e naturalizam a passividade política, fenômeno que compromete a esfera pública e enfraquece a liberdade enquanto ação, conceitos centrais no pensamento de Hannah Arendt (2014). Ao destacar que a liberdade só se realiza na ação e que a esfera pública é o espaço onde os indivíduos aparecem uns aos outros, a autora oferece a base teórica para analisar como o esvaziamento desse espaço contribui para a retração política contemporânea. O artigo propõe, portanto, analisar criticamente esses processos e

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

oferecer uma categoria teórica capaz de explicar uma forma específica de desmobilização contemporânea.

O objetivo geral é apresentar o conceito de conformismo silencioso como chave analítica para compreender a apatia e a passividade política atuais. Especificamente, busca-se: (1) caracterizar suas manifestações cotidianas e estruturais; (2) fundamentar sua construção teórica a partir de autores consagrados; e (3) formalizar sua autoria intelectual como proposta original. Diante desse cenário, formula-se o seguinte problema de pesquisa: como compreender o esvaziamento da ação política contemporânea a partir do conceito de conformismo silencioso? Esta proposta justifica-se pela necessidade de desenvolver instrumentos críticos que permitam diagnosticar os fatores que naturalizam a inação política e apontar caminhos para reativar o sentido do agir coletivo. O artigo adota uma abordagem qualitativa, com metodologia bibliográfica e análise conceitual, partindo de autores que refletem sobre alienação, esvaziamento da esfera pública e mecanismos de hegemonia ideológica.

MÉTODOS

Este estudo caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa de natureza teórico-conceitual, baseada em revisão bibliográfica de autores clássicos e contemporâneos que discutem alienação, hegemonia, indústria cultural e esvaziamento da esfera pública. O procedimento adotado consistiu na análise crítica e comparativa das contribuições de Hannah Arendt, Herbert Marcuse, Adorno, Horkheimer, Zygmunt Bauman e Antonio Gramsci, visando identificar elementos convergentes e divergentes que fundamentam a formulação do conceito de conformismo silencioso. A técnica utilizada foi a análise interpretativa, que permitiu articular essas contribuições teóricas e construir uma categoria analítica original, conectada a fenômenos políticos e sociais contemporâneos.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A formulação do conceito de conformismo silencioso parte do diálogo crítico com autores que, cada um à sua maneira, analisaram a perda da ação política no mundo moderno. Mais do que repetir suas ideias, busca-se construir uma categoria que integra, aprofunda e atualiza esses aportes teóricos para explicar uma forma contemporânea e específica de retração política.

Em Hannah Arendt (2014), encontra-se a base para compreender como o desaparecimento da esfera pública — espaço da palavra, da ação e da liberdade — contribui para o surgimento de sujeitos politicamente invisíveis. A análise de Arendt evidencia que a política só se realiza no espaço público, onde os indivíduos podem agir em conjunto. Quando esse espaço é esvaziado, a ação perde seu significado e dá lugar à passividade. Nesse sentido, como afirma a autora: “A ação, a única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade” (Arendt, 2014, p. 15).

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Além disso, como afirma Arendt, “em ambos os casos, os homens tornam-se seres inteiramente privados, isto é, privados de ver e ouvir os outros e privados de ser vistos e ouvidos por eles. São todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência” (Arendt, 2014, p. 67). Essas formulações fundamentam a ideia de que o conformismo silencioso emerge justamente desse esvaziamento do espaço para agir.

Herbert Marcuse (2015) acrescenta outra dimensão essencial: a crítica neutralizada pelo próprio sistema. Para o autor, mesmo a indignação tende a ser absorvida e devolvida como mercadoria, espetáculo ou entretenimento, perdendo sua potência transformadora. Ele argumenta que a própria ideia de oposição é frequentemente assimilada pelo sistema dominante, tornando-se um elemento que reforça sua continuidade. Além disso, destaca que a racionalidade tecnológica, longe de promover a liberdade, intensifica formas de controle social, o que torna a resistência ainda mais difícil. O conceito desenvolvido neste artigo incorpora essa análise ao identificar no conformismo silencioso um estado de “quase-engajamento” que não se realiza.

Adorno e Horkheimer (2006) mostram como a indústria cultural molda subjetividades passivas e resignadas. A racionalidade instrumental transforma até o lazer em instrumento de dominação. Segundo os autores, “a diversão é o prolongamento do trabalho na era do capitalismo tardio. Ela é procurada por quem quer escapar ao processo de trabalho mecanizado, para se preparar de novo para ele. Mas, ao mesmo tempo, mecaniza o tempo livre e o transforma em prolongamento do trabalho” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 127). Além disso, como afirmam Adorno e Horkheimer, “os produtos da indústria cultural podem ser arbitrários; o que importa é que eles sejam iguais e obedeçam à lógica da dominação, que molda os homens desde a infância para que se ajustem ao mundo tal como ele é” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 164). Essa perspectiva sustenta a noção de que o conformismo silencioso se alimenta de uma cultura que ensina a aceitar, consumir e repetir, mesmo sob o verniz da crítica.

Zygmunt Bauman (2000) descreve que “a desintegração da rede social, a derrocada das agências efetivas de ação coletiva, é recebida muitas vezes com grande ansiedade e lamentada como ‘efeito colateral’ não previsto da nova leveza e fluidez do poder cada vez mais móvel, escorregadio, evasivo e fugitivo. [...] São esse derrocar, a fragilidade, o quebradiço, o imediato dos laços e redes humanos que permitem que esses poderes operem” (Bauman, 2000, p. 104). Essa desintegração social se reflete na fragilidade das relações interpessoais. Como afirma o autor, “a fragilidade e transitoriedade dos laços pode ser um preço inevitável do direito de os indivíduos perseguirem seus objetivos individuais, mas não deixa de ser, ao mesmo tempo, um obstáculo formidável para a coragem necessária a qualquer ação comum” (Bauman, 2000, p. 115). Essa análise reforça a interpretação do conformismo silencioso como resultado de relações frágeis, que minam as bases para solidariedade e ação coletiva.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Por fim, Antonio Gramsci (1999) destaca que a hegemonia não se limita à coerção, mas envolve também direção cultural e moral, sustentada por uma frente cultural que legitima e mantém a ordem social. Como afirma o autor: “que a história ético-política seja a história do momento da hegemonia é o que se pode ver a partir de toda uma série de escritos teóricos [...]. Pode-se dizer que não só a filosofia da práxis não exclui a história ético-política, como, ao contrário, sua mais recente fase de desenvolvimento consiste precisamente na reivindicação do momento de hegemonia como essencial à sua concepção estatal e à valorização do fato cultural, da atividade cultural, de uma frente cultural como necessária, ao lado das frentes meramente econômicas e políticas” (Gramsci, 1999, p. 294-295). O autor também observa que “toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica, que se verifica não apenas dentro de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional e mundial, entre conjuntos de civilizações nacionais e continentais” (Gramsci, 1999, p. 133). Essa dimensão pedagógica da hegemonia é essencial para compreender como o *conformismo silencioso* é produzido e reproduzido socialmente, consolidando o consenso e a adaptação à ordem vigente.

Essas contribuições não são apresentadas como definições fechadas, mas como eixos que se entrecruzam na construção de uma categoria nova. O conceito de *conformismo silencioso* diferencia-se das noções clássicas de alienação e adesão ideológica, pois descreve um estado intermediário no qual se reconhece o problema, mas recua-se diante da ação. O sujeito está consciente, mas isolado; indignado, mas impotente — e, por isso, cala-se.

COMPARAÇÃO ENTRE OS AUTORES

Embora todos os autores partilhem a crítica ao enfraquecimento do agir político, suas perspectivas apresentam diferenças significativas que enriquecem a formulação do conceito. Em Arendt, a preocupação central está no desaparecimento da esfera pública e na substituição da ação pela administração técnica, fenômeno que compromete a liberdade. Como afirma a autora, “a ação, a única atividade que se exerce diretamente entre os homens, sem a mediação das coisas ou da matéria, corresponde à condição humana da pluralidade” (Arendt, 2014, p. 15). Marcuse (2015) observa que, na sociedade industrial avançada, até mesmo as forças críticas que poderiam ameaçar a ordem vigente são absorvidas pelo próprio sistema. Em vez de provocar mudança, essas críticas são manipuladas e convertidas em elementos que reforçam a coesão social e a manutenção da dominação.

Adorno e Horkheimer acrescentam que essa neutralização é potencializada pela indústria cultural, que molda subjetividades passivas e integra a contestação ao próprio mecanismo de dominação. Os autores afirmam que “a diversão é o prolongamento do trabalho na era do capitalismo tardio” (Adorno; Horkheimer, 2006, p. 127), revelando como até o lazer reforça a lógica

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

de submissão. Já Bauman descreve um contexto social marcado por vínculos frágeis e medo do conflito, onde o engajamento coletivo parece sempre arriscado demais. Para ele, “a desintegração da rede social, a derrocada das agências efetivas de ação coletiva, é recebida muitas vezes com grande ansiedade” (Bauman, 2000, p. 104), evidenciando como a liquidez das relações enfraquece a solidariedade.

Finalmente, Gramsci revela que a hegemonia se sustenta por meio de uma pedagogia cotidiana do consenso. O autor escreve: “na realidade, toda relação de hegemonia é necessariamente uma relação pedagógica” (Gramsci, 1999, p. 133), o que explica como o consentimento é produzido socialmente. Ao articular essas abordagens, o conceito de conformismo silencioso surge como uma síntese que reconhece a contribuição de cada autor, ao mesmo tempo em que propõe uma categoria analítica própria, capaz de explicar fenômenos atuais.

O CONFORMISMO SILENCIOSO COMO ATUALIZAÇÃO TEÓRICA

A originalidade do conceito também reside na sua capacidade de atualizar e integrar elementos dessas teorias para interpretar a contemporaneidade. Enquanto as análises de Arendt descrevem o esvaziamento político em sociedades de massa, o conformismo silencioso evidencia como esse esvaziamento se intensifica em sociedades digitais, nas quais a crítica muitas vezes se limita a expressões simbólicas. A leitura de Marcuse sobre a absorção da resistência pelo sistema torna-se ainda mais atual diante de formas de ativismo virtual que não geram transformação concreta. As reflexões de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural podem ser estendidas para compreender a lógica algorítmica das redes sociais, que promove engajamento superficial e reforça bolhas ideológicas. A modernidade líquida descrita por Bauman encontra, no conceito aqui proposto, uma expressão política: sujeitos que, temendo conflitos, preferem o silêncio ao engajamento. Por fim, a pedagogia do consenso de Gramsci mantém sua força explicativa, pois ainda hoje práticas culturais e educacionais ensinam a não questionar, a não resistir e a adaptar-se ao mundo como ele é.

RELEVÂNCIA EPISTEMOLÓGICA

Essa articulação crítica permite que o conformismo silencioso seja compreendido não apenas como um fenômeno social, mas como uma categoria analítica com potencial analítico. Ao nomear uma forma específica de retração política contemporânea, o conceito amplia as ferramentas teóricas disponíveis para interpretar processos de despolitização e controle social. Além disso, abre espaço para investigações empíricas que possam medir, identificar e problematizar as manifestações dessa passividade silenciosa em diferentes contextos, contribuindo para o debate acadêmico e para práticas que visem reativar o engajamento político.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

DISCUSSÃO E ANÁLISE DO CONCEITO

O conformismo silencioso é marcado por um conjunto de traços que configuram uma postura subjetiva e coletiva de retração diante da esfera pública. Em vez de adesão explícita ao sistema, manifesta-se como uma forma de neutralidade aparente, que esconde a desistência da ação. Essa desistência não é individual ou espontânea, mas produto de uma construção social e histórica, conforme evidenciam as análises de Arendt, Marcuse, Adorno, Horkheimer, Bauman e Gramsci.

Entre suas características, destaca-se o desengajamento simbólico, no qual os indivíduos expressam indignação, mas restringem sua participação a gestos efêmeros, como curtidas, compartilhamentos ou comentários nas redes sociais — fenômeno que dialoga com a crítica de Marcuse sobre a neutralização da resistência pelo sistema.

Há também a banalização da política, vista como atividade suja, inútil ou exclusiva de especialistas, o que remete à análise de Arendt sobre o esvaziamento da esfera pública e a consequente perda de sentido do agir. Soma-se a isso a reprodução acrítica de conteúdos no espaço escolar e midiático, reforçando uma visão fatalista da realidade, aspecto que pode ser compreendido à luz da pedagogia do consenso descrita por Gramsci e do impacto da indústria cultural analisado por Adorno e Horkheimer.

O conformismo silencioso ainda se expressa na aceitação de normas injustas em ambientes de trabalho, motivada pelo receio da exclusão, e na naturalização da violência social, como se miséria, exclusão ou abandono fossem partes inevitáveis da vida urbana.

Todas essas manifestações têm em comum a ausência de ação transformadora, substituída por uma passividade funcional à manutenção da ordem vigente.

ANÁLISE CRÍTICA DO CONCEITO

O conceito de conformismo silencioso propõe-se como uma chave interpretativa para compreender uma forma específica de retração política contemporânea. Trata-se de um fenômeno marcado por uma passividade que não corresponde exatamente à apatia, tampouco a uma adesão declarada ao *status quo*. É, antes, uma acomodação subjetiva e social à ordem vigente, na qual a ausência de ação é revestida de normalidade. Esse tipo de conformismo é chamado de “silencioso” porque não exige que as pessoas expressem apoio explícito ao sistema; manifesta-se de forma mais sutil, por meio da inércia, da indiferença e da adaptação ao que já está estabelecido. A análise de Arendt (2014) sobre o esvaziamento da esfera pública, somada à crítica de Marcuse (2015) à neutralização das resistências, ajuda a compreender por que, mesmo havendo consciência crítica, muitos indivíduos não acreditam que podem — ou que vale a pena — mudar a realidade.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

Nessa condição, a crítica existe, mas permanece na aparência: expressa-se indignação, comenta-se sobre injustiças, mas nada disso se transforma em ação concreta. Esse estado é alimentado por múltiplas forças que, juntas, esvaziam a experiência política contemporânea: a esfera pública, outrora espaço de ação e pluralidade, foi substituída por estruturas técnicas e administrativas, como indica Arendt (2014); a crítica é absorvida pelo sistema, tornando-se mercadoria e espetáculo, conforme apontam Marcuse (2015) e Adorno e Horkheimer (2006); e uma pedagogia do consenso, descrita por Gramsci (2002), ensina a aceitar a ordem social como algo natural e imutável.

A fluidez das relações humanas, analisada por Bauman (2000), intensifica ainda mais essa paralisia: vínculos frágeis e medo do conflito tornam o engajamento político custoso, solitário e, muitas vezes, inofensivo. Assim, conformar-se em silêncio não é apenas uma escolha individual, mas o resultado de um ambiente social que desencoraja a ação, esvazia a esperança e recompensa a adaptação. Dessa forma, o conceito de conformismo silencioso permite compreender a apatia política contemporânea não como ignorância, mas como produto de uma cultura da desistência, na qual o agir coletivo é desencorajado, a indignação é canalizada para expressões simbólicas e a política é reduzida a espetáculo técnico ou emocional.

Ao propor essa categoria teórica, o artigo busca oferecer uma ferramenta crítica de análise, capaz de designar um fenômeno social difuso e recorrente: a passividade política revestida de normalidade, silenciosa, mas profundamente funcional à reprodução das desigualdades e da despolitização. Trata-se de um conceito que convida não apenas à compreensão do presente, mas à reflexão sobre como interromper sua lógica.

DIFERENCIAÇÃO DO CONCEITO EM RELAÇÃO A OUTROS FENÔMENOS

O conformismo silencioso difere de outros conceitos frequentemente utilizados para explicar a retração política contemporânea, como apatia, alienação e despolitização. A apatia política implica ausência de interesse ou desconhecimento, enquanto o fenômeno aqui descrito pressupõe consciência crítica parcial, acompanhada do recuo diante da ação. Já a alienação, conforme descrita em análises clássicas, refere-se a uma separação do sujeito em relação ao produto de sua atividade ou ao mundo que o cerca; o conformismo silencioso, ao contrário, não decorre de total desconhecimento ou distanciamento, mas de uma adaptação consciente ao sistema, na qual o sujeito reconhece os problemas, mas não acredita na possibilidade de transformá-los. Quanto à despolitização, esta pode ser entendida como um processo estrutural que remove a política do cotidiano; o conceito aqui proposto, por sua vez, descreve como esse processo é internalizado e reproduzido pelos próprios indivíduos. Essa distinção analítica reforça a originalidade do conceito, situando-o como ferramenta teórica específica para compreender o esvaziamento contemporâneo da ação política.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

REVISTA CIENTÍFICA - RECIMA21 ISSN 2675-6218

MECANISMOS QUE ALIMENTAM O CONFORMISMO SILENCIOSO

O fenômeno é sustentado por uma rede complexa de mecanismos culturais, tecnológicos e institucionais que desencorajam o agir. A lógica algorítmica das redes sociais, por exemplo, favorece manifestações rápidas e de baixo custo, mas raramente promove engajamento coletivo efetivo, o que reforça a crítica de Marcuse sobre a neutralização da resistência. Da mesma forma, a indústria cultural, descrita por Adorno e Horkheimer, cria padrões de consumo que substituem o debate político por entretenimento e performance. Nas instituições educacionais, a reprodução de conteúdos sem estímulo ao questionamento crítico contribui para a perpetuação de práticas conformistas, como observou Gramsci ao analisar a pedagogia do consenso. Esses mecanismos mostram que o conformismo silencioso não é um fenômeno isolado, mas um produto social que se fortalece pela combinação entre tecnologia, cultura e estrutura política.

IMPLICAÇÕES TEÓRICAS E POLÍTICAS DO CONCEITO

Compreender o *conformismo silencioso* como categoria analítica permite não apenas descrever a realidade, mas também revelar caminhos para sua superação. Ao articular as contribuições de Arendt, Marcuse, Adorno, Horkheimer, Bauman e Gramsci, percebe-se que a reconstrução do espaço público, a valorização do conflito democrático e a promoção de vínculos sociais sólidos são elementos essenciais para reativar a ação política. O conceito, portanto, não é apenas descritivo; ele possui implicações normativas, pois aponta para a necessidade de resgatar práticas coletivas e formas de resistência capazes de romper a lógica de adaptação silenciosa. Essa perspectiva amplia o potencial crítico do estudo, tornando-o relevante tanto para o campo acadêmico quanto para a reflexão social e política contemporânea.

EXEMPLOS DE MANIFESTAÇÃO

As redes sociais digitais constituem um espaço privilegiado para a observação do conformismo silencioso. As manifestações de indignação pública, limitadas a curtidas, compartilhamentos e comentários, raramente se traduzem em mobilização efetiva, confirmando a análise de Marcuse sobre a neutralização da crítica pelo próprio sistema. No ambiente de trabalho, o fenômeno se expressa na aceitação de condições injustas em nome da estabilidade, o que remete à pedagogia do consenso descrita por Gramsci, segundo a qual as relações de poder se sustentam pelo consentimento passivo.

Na educação, a reprodução acrítica de conteúdos, sem espaço para o debate genuíno, evidencia o esvaziamento do espaço pedagógico como esfera de formação política, aspecto que dialoga com a crítica de Adorno e Horkheimer à indústria cultural e à formação de subjetividades adaptadas. No espaço urbano, a naturalização da violência e da exclusão como parte da

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

paisagem cotidiana reforça a ideia de Bauman sobre a liquidez dos vínculos sociais e o enfraquecimento do engajamento coletivo. Esses exemplos demonstram que o *conformismo silencioso* não é um comportamento isolado, mas uma postura socialmente construída e funcional à manutenção da ordem vigente.

REDES SOCIAIS E ENGAJAMENTO PERFORMÁTICO

As redes sociais digitais representam um dos espaços mais evidentes onde o conformismo silencioso se manifesta. Nelas, o engajamento político frequentemente se reduz a expressões simbólicas, como curtidas, compartilhamentos e comentários indignados, sem que essas ações resultem em transformação concreta. Essa dinâmica confirma a análise de Marcuse, segundo a qual a crítica é absorvida pelo sistema e devolvida como mercadoria inofensiva. Plataformas digitais ainda reforçam bolhas de opinião que mantêm os indivíduos em um ciclo de indignação controlada, tornando a ação coletiva mais difícil. Assim, a aparente participação política online revela-se como um “quase-engajamento”, que reforça o próprio sistema ao invés de desafiá-lo.

AMBIENTE DE TRABALHO E NORMALIZAÇÃO DA INJUSTIÇA

No ambiente de trabalho, o conformismo silencioso se expressa na aceitação de normas injustas, cargas excessivas e práticas que limitam a autonomia dos trabalhadores. Muitas vezes, os indivíduos optam por silenciar diante de situações opressivas por medo de represálias ou perda de estabilidade, reproduzindo assim a lógica de adaptação. Essa postura reflete a pedagogia do consenso descrita por Gramsci, na qual a dominação se sustenta mais pelo consentimento passivo do que pela coerção direta. A resignação cotidiana, apresentada como necessidade de sobrevivência, torna-se um dos pilares do conformismo silencioso.

EDUCAÇÃO E REFORÇO DA PASSIVIDADE

O campo educacional também revela manifestações significativas do fenômeno. Em muitas instituições, a aprendizagem é reduzida à reprodução de conteúdos, sem espaço para debate, questionamento crítico ou participação ativa dos estudantes. Esse modelo pedagógico, ao invés de formar cidadãos engajados, reforça a adaptação acrítica e a naturalização das desigualdades. A análise de Adorno e Horkheimer sobre a indústria cultural, aliada à reflexão de Gramsci sobre hegemonia, ajuda a compreender como a educação pode, em alguns contextos, deixar de ser um espaço emancipador para tornar-se um mecanismo de reprodução do conformismo.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

ESPAÇO URBANO E NATURALIZAÇÃO DA VIOLÊNCIA

No espaço urbano, o conformismo silencioso se evidencia na maneira como a violência, a miséria e a exclusão social são naturalizadas. A convivência cotidiana com cenários de abandono — pessoas em situação de rua, insegurança, desigualdade visível — não gera mobilização efetiva, mas indiferença. Essa postura remete às análises de Bauman sobre a fragilidade dos vínculos sociais e o medo do conflito, que afastam os indivíduos de ações coletivas. A violência deixa de ser vista como problema político e passa a ser percebida como parte inevitável da paisagem urbana.

MANIFESTAÇÕES DO CONFORMISMO SILENCIOSO NA VIDA POLÍTICA E SOCIAL

No campo político institucional, o conformismo silencioso se manifesta na aceitação acrítica de decisões governamentais e no desinteresse por processos participativos, como debates públicos, audiências ou até eleições, em que muitos votam sem reflexão crítica ou se abstêm completamente. A indignação, quando existe, raramente se transforma em mobilização concreta, permanecendo restrita a comentários e desabafos. Esse fenômeno também se observa em movimentos sociais que, ao perderem força coletiva, reduzem sua atuação a manifestações simbólicas, sem continuidade organizativa. Tal comportamento confirma a análise de Arendt sobre o enfraquecimento da esfera pública e o desaparecimento de espaços reais de ação plural, além de dialogar com a crítica de Gramsci sobre a pedagogia do consenso que neutraliza o potencial transformador das massas.

IMPLICAÇÕES ANALÍTICAS DOS EXEMPLOS

Esses exemplos demonstram que o *conformismo silencioso* é um fenômeno transversal, presente em diferentes esferas da vida social. Ele não se limita a contextos de repressão explícita, mas se reproduz em situações aparentemente normais, em que o silêncio e a adaptação são recompensados. Ao relacionar essas manifestações às teorias de Arendt, Marcuse, Adorno, Horkheimer, Bauman e Gramsci, é possível compreender que o fenômeno não é casual, mas resultado de estruturas sociais e culturais que desmobilizam o agir coletivo.

CONSIDERAÇÕES

A elaboração do conceito de conformismo silencioso visa contribuir para a análise crítica do esvaziamento político que caracteriza a contemporaneidade. Em um tempo em que a indignação se converte em performance e a política em espetáculo, identificar e nomear os mecanismos que retiram a ação do espaço público torna-se tarefa urgente. Com base na leitura de Arendt, Marcuse, Adorno, Horkheimer, Bauman e Gramsci, compreende-se que essa apatia

Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.

não é mero resultado de escolhas individuais, mas produto de processos históricos, culturais e institucionais que desmobilizam o agir.

A ausência de ação política decorre do colapso da esfera pública (Arendt), da absorção da crítica pelo sistema (Marcuse, Adorno e Horkheimer), da liquefação dos vínculos sociais (Bauman) e da pedagogia cotidiana do consenso (Gramsci). Essa análise permite afirmar que o *conformismo silencioso* é um fenômeno complexo, cuja superação exige mais do que informação: requer a reconstrução da esfera pública como espaço de encontro, pluralidade e liberdade.

Este artigo apresentou o conceito como uma formulação teórica original, ainda não sistematizada na literatura acadêmica, construído a partir do diálogo crítico com esses autores. Ao nomear e teorizar esse fenômeno recorrente, mas pouco explorado, o trabalho busca abrir caminho para novos estudos e oferecer uma ferramenta analítica que inspire práticas pedagógicas, ações coletivas e reflexões filosóficas capazes de reativar o sentido da política como ação compartilhada no mundo comum.

Além de contribuir para a análise crítica do esvaziamento político contemporâneo, o conceito de conformismo silencioso abre caminhos para investigações futuras que possam explorar sua aplicação em diferentes contextos sociais. Estudos empíricos podem, por exemplo, analisar como o fenômeno se manifesta em ambientes digitais, instituições educacionais, movimentos sociais e práticas culturais. Da mesma forma, o conceito pode servir de base para a formulação de estratégias pedagógicas e políticas públicas que visem reativar o engajamento coletivo e fortalecer a esfera pública. Assim, ao mesmo tempo em que descreve uma realidade marcada pela passividade e pela adaptação, a categoria proposta oferece subsídios para pensar alternativas capazes de romper sua lógica, restaurando o sentido da política como ação compartilhada.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

MARCUSE, Herbert. **O homem unidimensional**. Rio de Janeiro: Edipro, 2015.

ISSN: 2675-6218 - RECIMA21
Este artigo é publicado em acesso aberto (Open Access) sob a licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (CC-BY), que permite uso, distribuição e reprodução irrestritos em qualquer meio, desde que o autor original e a fonte sejam creditados.